

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 540.741 - PR (2019/0314320-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MARCOS VERENHITACH
ADVOGADO : MARCOS VERENHITACH - PR073372
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : DIOUGLAS BARROS RODRIGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. DESCLASSIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE PROVAS. VIA INADEQUADA. PRODUÇÃO DE PROVA. DILIGÊNCIA INDEFERIDA DE FORMA FUNDAMENTADA PELO JUÍZO PROCESSANTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA PARTE, DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado em favor de DIOUGLAS BARROS RODRIGUES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n.º 0044034-78.2019.8.16.0000).

Consta nos autos que o Paciente foi denunciado e está preso provisoriamente, desde o dia 13/06/2019, pela suposta prática do crime do art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, pois surpreendido na posse de 199g (cento e noventa e nove gramas) de maconha.

Sob a alegação de cerceamento de defesa e irrisignada com a prisão preventiva, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem, em acórdão assim ementado (fl. 15; grifos diversos do original):

"HABEAS CORPUS CRIME – TRÁFICO DE DROGAS – EXCESSO DE PRAZO AFASTADO – RITO DA LEI DE DROGAS QUE BALIZA A DURAÇÃO DO PROCESSO EM 252 DIAS COMO RAZOÁVEL – PRECEDENTES – DESCABIDA A INCURSÃO NO CONJUNTO PROBATÓRIO NA ESTREITA VIA DO HABEAS CORPUS – AUSÊNCIA DE QUALQUER INDÍCIO DE PARCIALIDADE POR PARTE DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA NA CONFEÇÃO DE LAUDO DE TÉCNICO PARA ATESTAR A

Superior Tribunal de Justiça

EXISTÊNCIA DE SUBSTÂNCIA DE USO PROSCRITO NO PAÍS NO TÓXICO APREENDIDO – GRAU DE PUREZA DO TÓXICO QUE MOSTRA-SE IRRELEVANTE – INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E PROVA DA MATERIALIDADE COMPROVADA – NECESSIDADE DE GARANTIR-SE A ORDEM PÚBLICA DIANTE DA GRAVIDADE CONCRETA DOS FATOS E DA PERICULOSIDADE DO PACIENTE, REINCIDENTE ESPECÍFICO - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – INSUFICIÊNCIA - REQUISITOS CAUTELARES CONCRETAMENTE DEMONSTRADOS - ORDEM DENEGADA."

Neste writ, alega o Impetrante que o Juízo de primeiro grau indeferiu o pedido da Defesa *"no sentido de permitir que uma amostra (ou até mesmo o pedaço inteiro visto que não chega a pesar 200g) fosse submetida a análise por algum laboratório indicado pela defesa"* (fl. 5).

Argumenta que a referida decisão *"carece de fundamentação, aliás, não há motivos para impedir a produção de provas por parte da defesa. E ainda, a jurisprudência que traz para embasar o indeferimento não tem nada a ver com o caso, isto é, porque no caso mencionado tratava-se de um pedido para saber o grau de pureza, já no caso em concreto, requer-se que seja analisado se existe, ou não"* (fls. 5-6).

Assevera que *"o Instituto de Criminalística pertence a Polícia Civil, portanto, existe parcialidade na confecção do laudo por este órgão"* (fl. 6). Afirma que o art. 72 da Lei n.º 11.343/2006 autoriza a realização de contraprova na droga apreendida.

Sustenta que não há indícios de autoria da prática do crime de tráfico de drogas, pois *"a pequena quantidade de maconha condiz com os padrões de um usuário contumaz, sendo perfeitamente possível que essa droga apreendida seja para seu uso próprio, portanto, como existe forte dúvida, a soltura de DIOUGLAS BARROS RODRIGUES é medida necessária para se fazer Justiça"* (fl. 7).

Pleiteia a imediata soltura do Paciente. Subsidiariamente, requer *"seja garantido o direito de realização de prova pericial na droga apreendida"* (fl. 9).

As informações foram prestadas às fls. 29-75.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do writ e, se conhecido, pela denegação da ordem (fls. 79-81).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

Inicialmente, ressalto que, por demandar revolvimento de matéria fático-probatória, a via estreita do *habeas corpus*, ou do recurso que lhe faça as vezes, não é adequada para examinar teses sobre ausência de provas ou sobre falta de indícios suficientes de autoria e de materialidade delitiva.

Do mesmo modo, "[...] eventual desclassificação para a conduta de mero usuário, exige o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é inviável na via do *habeas corpus*" (HC 516.441/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 25/11/2019).

De outra parte, cumpre registrar que, a teor do entendimento desta Corte, o Juiz pode indeferir, desde que por decisão devidamente fundamentada, os pleitos defensivos que entenda serem protelatórios ou desnecessários, dentro de um juízo de conveniência, que é próprio do seu regular poder discricionário.

Vale frisar que assim como as instâncias ordinárias são soberanas na análise dos fatos e provas também o são na avaliação da pertinência dos elementos probatórios. A necessidade ou não de determinada prova é questão que requer amplo conhecimento de toda a matéria posta em debate, bem como dos elementos de convicção que sustentam as versões das partes antagônicas.

No caso, o Juízo singular consignou que seria desnecessária a realização de perícia particular, pois "*a perícia no material toxicológico já é devidamente realizada por órgão próprio*" (fl. 11). No mais, como bem ressaltado pelo Tribunal de origem, a Defesa não indica qualquer dado concreto que demonstre eventual parcialidade dos peritos que realizaram o exame no material apreendido.

Conclusão em sentido contrário daquela a que chegou o Juiz da causa (desnecessidade de produção da prova) ensejaria profunda e indevida incursão na seara fático-probatória do processo, incabível na via estreita do *habeas corpus*.

Nesse sentido:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO FRONTEIRA/RESPOSTA INTEGRADA. ROUBOS COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO E EM CONCURSO DE AGENTES, LATROCÍNIO, SEQUESTRO OU CÁRCERE PRIVADO. INDEFERIMENTO DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. INEVIDÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO

Superior Tribunal de Justiça

PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE.

[...]

3. Diz a jurisprudência dos Tribunais Superiores que a discussão sobre o acerto ou desacerto da decisão do juiz de primeiro grau, ademais, exige o exame aprofundado de fatos e provas, o que, na via eleita, não se mostra possível (HC n. 104.473, Ministro Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJ 28/10/2010). Afinal, **o habeas corpus não comporta reavaliação sobre a pertinência da prova, por demandar exame de fatos, inviável na via estreita** (RHC n. 42.890/MA, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 22/4/2015).

4. *Recurso em habeas corpus improvido.* (RHC 95.613/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 02/10/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, CONHEÇO EM PARTE do *habeas corpus* e, nessa parte,
DENEGO A ORDEM.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora